



AGUAS DE
VALADARES

ÁGUAS DE GOVERNADOR VALADARES SPE S.A.

CNPJ 53.667.104/0001-10

Mensagem da Administração

A Águas de Governador Valadares SPE S.A. apresenta aos seus acionistas e ao mercado em geral o Relatório da Administração que demonstra os principais fatos referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Em 22 de março de 2025, Dia Mundial da Água, a Águas de Valadares inaugurou, a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Santos Dumont. A entrega marca o início do tratamento de esgoto no município e representa um avanço importante para a melhoria do saneamento básico e preservação ambiental na região. Com capacidade para tratar até 240 litros de esgoto por segundo, a entrada em operação da ETE fará com que o esgoto coletado passe a ser tratado antes de retornar ao meio ambiente, reduzindo impactos no Rio Doce e promovendo benefícios diretos para a saúde pública e para a preservação dos recursos hídricos. A iniciativa reforça o compromisso da concessionária com a ampliação da infraestrutura de saneamento e com o desenvolvimento sustentável de Governador Valadares. Além da ETE Santos Dumont, em junho de 2025, durante a Semana do Meio Ambiente, foi inaugurada a ETE Vale Pastoril IV. A nova estação conta com tecnologia de alta eficiência e capacidade para tratar até 150 mil litros de esgoto por dia, evitando que esse volume seja lançado sem tratamento no Córrego do Onça, afluente do Rio Doce. Com o objetivo de aproximar ainda mais os serviços de saneamento da população, a Águas de Valadares apresentou um caminhão equipado para realizar atendimento itinerante em bairros, distritos e comunidades com o objetivo de aproximar os serviços da concessionária da população. A unidade móvel oferecerá os mesmos serviços disponíveis na loja de atendimento, como emissão de segunda via de fatura, solicitação de nova ligação de água, renegociação de débitos, registro de solicitações e cadastro na Tarifa Social. O veículo foi adaptado para garantir conforto e acessibilidade para os moradores. Para o próximo exercício, continuaremos focados na execução dos investimentos planejados, visando cumprir as metas estabelecidas para avanço do esgotamento sanitário, seguindo as premissas de eficiência operacional e financeira do Modelo Operacional Aegae.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	31/12/2025		31/12/2024		Passivo	31/12/2025		31/12/2024	
	Nota	(reapresentado)	Nota	(reapresentado)		Nota	(reapresentado)	Nota	(reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.115	1.050		Fornecedores e empreiteiros	11	24.144	13.202	
Aplicações financeiras	6	650	16.070		Debêntures	12	536.976	15.801	
Contas a receber de clientes	7	9.025	1.449		Obrigações trabalhistas e sociais		3.994	3.098	
Estoques		826	1.666		Obrigações fiscais		1.226	1.868	
Tributos a recuperar		1.983	1.234		Outras contas a pagar	14	12.867	5.401	
Outros créditos		778	265		Total do passivo circulante		579.207	39.370	
Total do ativo circulante		14.377	21.734		Fornecedores e empreiteiros	11	1.057	305	
Contas a receber de clientes	7	131	50		Debêntures	12	-	449.830	
Ativo fiscal diferido	19 b.	33.451	12.673		Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	19.633	-	
Total do realizável a longo prazo		33.582	12.723		Provisões para demandas judiciais		6	-	
Imobilizado		51.297	22.846		Provisão de Benefício Pós-Emprego		91	-	
Ativo de contrato da concessão	9	18.517	22.037		Outras contas a pagar	14	40.553	17.482	
Intangível	10	491.623	432.445		Total do passivo não circulante		61.340	467.617	
Total do ativo não circulante		595.019	490.051		Total do passivo		640.547	506.987	
Total do ativo		609.396	511.785		Patrimônio líquido	15			
					Capital social		30.469	30.469	
					Prejuízos acumulados		(61.607)	(25.671)	
					Ajuste de avaliação patrimonial		(13)	-	
					Total do patrimônio líquido		(31.151)	4.798	
					Total do passivo e patrimônio líquido		609.396	511.785	

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e período de 10 de janeiro a 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
		(reapresentado)	(reapresentado)
Receita operacional líquida	16	190.576	134.788
Custos dos serviços prestados	17	(144.366)	(111.156)
Lucro bruto		46.210	23.632
Despesas administrativas e gerais	17	(20.790)	(24.399)
Outras receitas operacionais		843	5.456
Outras despesas operacionais		(78)	(505)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		26.185	4.184
Receitas financeiras	18	4.253	3.132
Despesas financeiras	18	(87.145)	(45.660)
Resultado financeiro		(82.892)	(42.528)
Resultado antes dos tributos		(56.707)	(38.344)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19 a.	20.771	12.673
Prejuízo do exercício/período		(35.936)	(25.671)

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e período de 10 de janeiro a 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
	(reapresentado)	(reapresentado)
Prejuízo do exercício/período	(35.936)	(25.671)
Perdas atuariais - Benefício Pós-emprego	(20)	-
IR/CS diferidos sobre Benefício Pós-emprego	7	-
Resultado abrangente total	(35.949)	(25.671)

Demonstração do fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e período de 10 de janeiro a 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
		(reapresentado)	(reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos		(56.707)	(38.344)
Ajustes para:			
Amortização e depreciação	17	21.560	13.500
Provisão para Benefício Pós-emprego		71	-
Provisões para demandas judiciais	17	83	60
(Reversão) constituição de perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	7 e 17	(4.251)	5.741
Baixa de títulos do contas a receber		146	(82)
Rendimentos de aplicações financeiras	18	(1.937)	(1.544)
Margem de construção ativo intangível	9 (i)	(1.461)	(1.141)
Encargos sobre debêntures	13 e 18	80.449	42.712
Amortização do custo de captação	13 e 18	1.312	1.058
Ajuste a valor presente de clientes	7 e 18	25	26
Juros de arrendamentos	14 (j)	3.251	1.161
42.541		23.147	

Variações nos ativos e passivos (Aumento/Diminuição dos ativos)

Contas a receber de clientes	(3.577)	(7.184)
Estoques	840	(1.666)
Tributos a recuperar	1.438	(891)
Outros créditos	(513)	(265)
Aumento/(Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros	7.429	9.699
Obrigações trabalhistas e sociais	896	3.098
Obrigações fiscais	(642)	1.868
Pagamento de demandas judiciais	(77)	(60)
Outras contas a pagar	1.449	708
Juros pagos sobre arrendamentos	14 (j)	(3.251)
Juros pagos sobre debêntures	13	(61.517)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	(14.984)	1.457
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras, líquidas	15.437	(16.051)
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	1.488	1.182
Aquisição de imobilizado	(275)	(1.186)
Aquisição de ativo de contrato da concessão	9 (63.999)	(50.863)
Aquisição de intangível	-	(406.882)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(47.349)	(473.800)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Debêntures captadas	13	50.000
Custo na captação de debêntures	13	(2.595)
Aumento de capital social	15 a.	-
Pagamentos de arrendamentos	14 (j)	(7.235)
Conta corrente líquida - partes relacionadas	13	19.633
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	62.398	473.393
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	65	1.050
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro/10 de janeiro	5	1.050
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	1.115
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	65	1.050

e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **Tributo diferido:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Exposições fiscais:** Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. **(ii) Tributos sobre prestações de serviços:** O PIS e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações da Companhia. O PIS e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e período de 10 de janeiro a 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

Ajuste de	Capital			Prejuízos	Total
	Nota	social	patrimonial		
Saldos em 10 de janeiro de 2024 (data da constituição)					
Aumento de capital social	15 a.	30.469	-	-	30.469
Benefício Pós-emprego (líquido de impostos)		-	(13)	-	(13)
Prejuízo do período		-	-	(25.671)	(25.671)
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)		30.469	(13)	(25.671)	4.785
Prejuízo do exercício		-	-	(35.936)	(35.936)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		30.469	(13)	(61.607)	(31.151)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Águas de Governador Valadares S.A. ("Companhia") é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de Governador Valadares, no estado de Minas Gerais. Em 01 de janeiro de 2024 iniciou suas operações de acordo com o Contrato Concessão nº 001/2024, para a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Governador Valadares. O objeto do referido Contrato de Concessão consiste na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em toda área urbana, sede, distritos e aglomerados do município de Governador Valadares/MG, com exclusividade, sob regime de Concessão Comum, pelo prazo de 30 (trinta) anos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$577.189 (R\$17.637 em 31 de dezembro de 2024) substancialmente decorrente do saldo de debêntures, classificado no passivo circulante, conforme detalhado na nota explicativa nº 12. A Administração avalia que a Companhia dispõe de capacidade financeira e operacional para manter a continuidade de suas atividades em condições normais de operação. Além disso, conta com o suporte financeiro de sua controladora Aegae Saneamento e Participações S.A. **Segmento Operacional:** A Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional. **2. Base de preparação:** a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 21 de abril de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Companhia na sua gestão. b) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. c) **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025 não há informações sobre julgamentos, estimativas e premissas realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. d) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20. **3. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) **Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses, a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, a Companhia também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. b) **Ativos intangíveis:** A Companhia possui como ativos intangíveis itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item "d". São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, sendo esta calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo ou prazo da concessão, dos dois o menor. c) **Redução ao valor recuperável (Impairment):** (i) **Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que a contraparte pague integralmente suas obrigações de crédito. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do



AGUAS DE VALADARES

ÁGUAS DE GOVERNADOR VALADARES SPE S.A.

CNPJ 53.667.104/0001-10

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, se mantendo assim até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem, quando o recolhimento será realizado, de acordo com a legislação fiscal vigente. **i) Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **(i) Reconhecimento e mensuração inicial Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **(ii) Mensuração subsequente: Ativos financeiros:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias: **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Passivos financeiros:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria: **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: **(i)** Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; ou **(ii)** A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e **(a)** a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou **(b)** a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **(v) Hierarquia do valor justo:** Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: **Nível 1 -** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; **Nível 2 -** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e **Nível 3 -** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada exercício de divulgação. **(vi) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras e juros e multa recebidos ou auferidos. As despesas financeiras abrangem despesas com descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, ajuste a valor presente de clientes, despesas e comissões bancárias e juros de arrendamentos. **k) Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. **l) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** Novos pronunciamentos contábeis poderão ser aplicáveis a exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não adotou antecipadamente esses pronunciamentos na preparação destas demonstrações financeiras. Dentre as normas emitidas com potencial aplicabilidade à Companhia, destaca-se: **• CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis:** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 51, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, com vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O CPC 51 introduz novos requerimentos relacionados à apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis, incluindo: **•** Exigência de classificação de receitas e despesas em categorias específicas na demonstração do resultado, com a introdução de novo subtotal obrigatório de lucro operacional; **•** Obrigatoriedade de divulgação das Medidas de Desempenho Definidas pela Administração (MPMs) em nota explicativa específica; **•** Orientações aprimoradas sobre a agregação e desagregação de informações nas demonstrações contábeis; e **•** Exigência de utilização do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto. A Companhia encontra-se em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção do CPC 51, especialmente no que se refere à estrutura e à apresentação da demonstração do resultado, bem como à forma de agregação e detalhamento das informações divulgadas nas demonstrações contábeis. **4. Reapresentação das demonstrações financeiras:** Durante o exercício de 2025 a Companhia identificou ajustes contábeis relacionados aos assuntos descritos abaixo. Em decorrência disso, a Companhia procedeu à reapresentação dos valores correspondentes, conforme requerido pelo CPC 23. **(i)** Adequação dos critérios de reconhecimento de receitas com clientes, em conformidade com o CPC 47; **(ii)** Revisão da metodologia de cálculo das Perdas de Crédito Esperadas, com base nos requerimentos do CPC 48; **(iii)** Ajuste a valor presente ("AVP") e revisão da taxa de desconto aplicada aos saldos de contas a receber de longo prazo, nos termos do CPC 12; **(i) Adequação dos critérios de reconhecimento de receitas com clientes:** No contexto da reapresentação, a Companhia procedeu à reavaliação de seus critérios adotados para o

reconhecimento de receitas provenientes de contratos com clientes, no contexto do CPC 47. Como resultado dessa reavaliação, identificou-se que determinados saldos de receita anteriormente reconhecidos não atendiam, de forma integral, a pelo menos um dos cinco passos exigidos pela norma para o reconhecimento da receita, especialmente no que se refere à identificação de contrato válido com cliente e à avaliação da probabilidade de recebimento da contraprestação. Especificamente, foram identificadas situações em que receitas haviam sido reconhecidas para clientes cuja situação cadastral se encontrava incompleta ou desatualizada, o que inviabilizava a adequada avaliação da capacidade financeira e da intenção de pagamento desses clientes. Nesses casos, concluiu-se que não estavam presentes evidências suficientes para suportar a existência de um contrato com substância comercial, conforme requerido pelo CPC 47. Adicionalmente, foram identificados saldos de clientes com faturas vencidas, sem histórico anterior de recebimento ou expectativa razoável de liquidação. Tal condição compromete diretamente o atendimento ao requisito de probabilidade de recebimento da contraprestação, afetando o cumprimento dos cinco passos previstos no CPC 47. Em decorrência disso, todas as receitas anteriormente reconhecidas para esses clientes foram integralmente estornadas, bem como os respectivos clientes excluídos da base de faturamento da Companhia. Em função dos aspectos acima descritos, a Companhia promoveu o ajuste de seus critérios de reconhecimento de receita, resultando na reapresentação das demonstrações financeiras, de modo a refletir de forma mais fidedigna os princípios e requerimentos estabelecidos pelo CPC 47. **(ii) Revisão da metodologia de cálculo da Perdas de Crédito Esperadas:** A Companhia revisou a metodologia de mensuração das perdas de crédito esperadas aos recebíveis de clientes e concluiu que não estava em conformidade com o CPC 48. A revisão da PECLD contemplou a substituição de práticas anteriores por uma metodologia baseada em uma matriz de provisão construída a partir de faixas de vencimento (aging) e taxas de perda esperada calibradas com base em histórico de perdas e padrões de comportamento de recebimento, esta matriz foi denominada de "matriz de rolagem". Por fim, no âmbito da revisão dos critérios, também foram identificadas renegociações realizadas com clientes que apresentavam parcelas vencidas há mais de 30 dias. Considerando que tais clientes já possuíam histórico de inadimplência e que a renegociação não eliminava as incertezas relevantes quanto à capacidade e intenção de pagamento, a Companhia concluiu que não estavam atendidos os requisitos para manutenção dos saldos a receber. Assim, os saldos reconhecidos para esses clientes foram integralmente baixados. **(iii) Ajuste a valor presente ("AVP") e revisão da taxa de desconto aplicada aos saldos de contas a receber de longo prazo:** A Companhia revisou a taxa de desconto utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente dos saldos de contas a receber classificados no longo prazo. Como resultado dessa revisão, identificou-se a necessidade de adequar a taxa de desconto anteriormente aplicada, que utilizava uma taxa real, ao invés de uma taxa nominal. Além dos ajustes descritos acima, a Companhia procedeu com outros ajustes decorrentes de: **(iv)** Atualização monetária dos valores reconhecidos como tributos a recuperar; **(v)** Revisão e reconhecimento refletidos sobre os tributos correntes e diferidos, de acordo com o CPC 32; **(vi)** Reflexo da reapresentação das demonstrações financeiras nas destinações de resultado; **(vii)** Reclassificações da demonstração de fluxo de caixa.

Balanco patrimonial

	31 de dezembro de 2024		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Contas a receber de clientes	10.879	(9.430)	1.449
Tributos a recuperar	424	810	1.234
Demais saldos	19.051	-	19.051
Total do ativo circulante	30.354	(8.620)	21.734
Ativo fiscal diferido	9.729	2.944	12.673
Demais saldos	50	-	50
Total do realizável a longo prazo	9.779	2.944	12.723
Demais saldos	477.328	-	477.328
Total do ativo não circulante	487.107	2.944	490.051
Total do ativo	517.461	(5.676)	511.785
Passivo			
Demais saldos	39.370	-	39.370
Total do passivo circulante	39.370	-	39.370
Demais saldos	467.617	-	467.617
Total do passivo não circulante	467.617	-	467.617
Total do passivo	506.987	-	506.987
Patrimônio líquido			
Prejuízos acumulados	(19.995)	(5.676)	(25.671)
Demais saldos	30.469	-	30.469
Total do patrimônio líquido	10.474	(5.676)	4.798
Total do passivo e patrimônio líquido	517.461	(5.676)	511.785
Demonstrações dos resultados			
31 de dezembro de 2024			
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
(Em milhares de Reais)			
Receita operacional líquida	144.966	(10.178)	134.788
Custos dos serviços prestados	(111.070)	(86)	(111.156)
Lucro bruto	33.896	(10.264)	23.632
Despesas administrativas e gerais	(24.481)	82	(24.399)
Demais saldos	4.951	-	4.951
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	14.366	(10.182)	4.184
Receitas financeiras	3.091	41	3.132
Despesas financeiras	(47.181)	1.521	(45.660)
Resultado financeiro	(44.090)	1.562	(42.528)
Resultado antes dos tributos	(29.724)	(8.620)	(38.344)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9.729	2.944	12.673
Prejuízo do exercício	(19.995)	(5.676)	(25.671)

Saldos a vencer

Classe de consumidor	Até 30 dias	Até 60 dias	Até 90 dias	Até 120 dias	Até 180 dias	Até 181 a 365 dias	Saldos vencidos	
							Acima de 365 dias	Saldo em 2025
Residencial	949	1.472	449	270	205	326	1.687	4.409
Comercial	171	218	88	64	47	77	399	893
Industrial	46	14	1	2	-	1	4	22
Setor público	52	68	46	59	55	100	290	965
Subtotal consumidores	1.218	1.772	584	395	307	504	2.380	6.289
Renegociações (i)	830	62	-	-	-	-	-	892
Total	2.048	1.834	584	395	307	504	2.380	6.351

Saldos a vencer

Classe de consumidor	Até 30 dias	Até 60 dias	Até 90 dias	Até 120 dias	Até 180 dias	Até 181 a 365 dias	Saldos vencidos	
							Acima de 365 dias	Saldo em 2024 (reapresentado)
Residencial	3.160	1.042	300	106	86	68	48	1.650
Comercial	157	159	42	15	13	12	11	252
Industrial	45	9	1	-	-	-	-	55
Setor público	79	25	5	6	1	1	-	117
Subtotal consumidores	3.441	1.235	348	127	100	81	59	1.950
Renegociações (i)	552	42	-	-	-	-	-	594
Total	3.993	1.277	348	127	100	81	59	5.985

(i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2025 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 51 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa média de 8,75% a.a. (R\$ 26 e 10,05% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, foram registrados no resultado do exercício o montante líquido de R\$ 25 de constituição de ajuste a valor presente (R\$ 26 em 31 de dezembro de 2024). As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes tem as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Saldo em 2024	Resultado Reversões	Saldo em 2025
Natureza			
Perdas de crédito esperadas	(5.741)	4.251	(1.490)
Total	(5.741)	4.251	(1.490)
	Saldo em 01 de janeiro de 2024 (reapresentado)	Adições (reapresentado)	Saldo em 2024 (reapresentado)
Natureza			
Perdas de crédito esperadas	-	(5.741)	(5.741)
Total	-	(5.741)	(5.741)

(i) Títulos anteriormente baixados para o resultado foram recuperados com ação da Companhia por meio de cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa. **8. Transações com partes relacionadas: Remuneração de pessoal chave da administração:** As remunerações fixas e variáveis das pessoas-chave, estão registradas no resultado do período pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2025, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R\$ 3.419 (R\$ 2.240 em 31 de dezembro de 2024). **Controladora:** A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações S.A. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 100% das ações que representam o seu capital social. **Outras transações com**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	31 de dezembro de 2024		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
(Em milhares de Reais)			
Prejuízo do exercício	(19.995)	(5.676)	(25.671)
Resultado abrangente total	(19.995)	(5.676)	(25.671)
Demonstração do fluxo de caixa			
31 de dezembro de 2024			
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
(Em milhares de Reais)			
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos	(29.724)	(8.620)	(38.344)
Ajustes para:			
(Recuperação) Baixa de títulos do contas a receber	-	(82)	(82)
Demais saldos	61.573	-	61.573
Total	31.849	(8.702)	23.147
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	(16.696)	9.512	(7.184)
Tributos a recuperar	(81)	(810)	(891)
Fornecedores e empreiteiros	13.507	(3.808)	9.699
Juros pagos sobre arrendamentos	-	(1.161)	(1.161)
Demais saldos	(22.153)	-	(22.153)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	6.426	(4.969)	1.457
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de ativo de contrato da concessão	(54.671)	3.808	(50.863)
Demais saldos	(422.937)	-	(422.937)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(477.608)	3.808	(473.800)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Pagamentos de arrendamentos	(5.642)	1.161	(4.481)
Demais saldos	477.874	-	477.874
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	472.232	1.161	473.393
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	1.050	-	1.050
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.050	-	1.050
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	1.050	-	1.050
5. Caixa e equivalentes de caixa			
	2025	2024	
Caixa	16	20	
Bancos conta movimento	1.099	1.030	
Total	1.115	1.050	
6. Aplicações financeiras			
Modalidade			
Compromissada	650	-	
Fundo de Investimento Safira	-	16.070	
Total	650	16.070	
A rentabilidade média das aplicações financeiras é de 101,10% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2025 (105,15% do CDI em 31 de dezembro de 2024). As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento Renda Fixa de Crédito Privado, gerido pelo BTG Pactual Serviços Financeiros, é organizado sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. As cotas não possuem prazo de vencimento, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de liquidez da Companhia e observadas as condições estabelecidas no regulamento do fundo. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), operações compromissadas, letras financeiras, títulos públicos e de outros fundos, que aplicam preponderantemente em operações compromissadas, títulos públicos e ativos de renda fixa (CDB, LF) de emissão dos maiores bancos brasileiros, conforme previsto em sua política de investimentos. A exposição da Companhia a riscos de crédito, riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.			
7. Contas a receber de clientes:			
	2025	2024	
Serviços de água e esgoto	7.507	5.391	
Renegociações	892	594	
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	2.247	1.255	
(-) Perdas de crédito esperadas	(1.490)	(5.741)	
Total	9.156	1.499	
Circulante	9.025	1.449	
Não circulante	131	50	
Os vencimentos das contas a receber dos serviços de água e esgoto faturados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assim representados:			



AGUAS DE VALADARES

ÁGUAS DE GOVERNADOR VALADARES SPE S.A.

CNPJ 53.667.104/0001-10

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024		
Ambiental Ceará 2 SPE S.A.	115	5.598		
Manaus Ambiental S.A.	160	2.679		
	789	1.832		
Passivo não circulante				
Debêntures privadas partes relacionadas				
Aegea Saneamento e Participações S.A. (d)	115.132	50.056		
	115.132	50.056		
Conta corrente partes relacionadas				
Aegea Saneamento e Participações S.A. (g)	19.633	-		
Total Passivo	153.456	57.659		
Resultado do exercício				
Custos e Despesas				
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(9.050)	(5.010)		
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	(983)	(664)		
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(679)	(1.215)		
	(10.712)	(6.889)		
Custo de construção				
Aegea Saneamento e Participações S.A. (f)	(15.778)	(11.178)		
	(15.778)	(11.178)		
Despesas financeiras				
Aegea Saneamento e Participações S.A. (d)	(15.076)	(56)		
Receitas financeiras				
Itaú Unibanco S.A. (c)	78	-		
Total Resultado do exercício	(41.488)	(18.123)		
<i>(a) Refere-se aos serviços administrativos prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados, que abrangem as áreas de contabilidade, tributária, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação. (b) Refere-se à serviços de implementação e manutenção de software prestados pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e serviços de locação de veículos prestados pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (c) Refere-se a aplicações financeiras em posse da Itaú Unibanco S.A., e os rendimentos reconhecido resultado do exercício. (d) Os valores referem-se a debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas em dezembro de 2024, com vencimento em dezembro de 2026, atrelado ao CDI e juros incorridos sobre essas operações no resultado do período. (e) Refere-se à repasse de gastos administrativos e operacionais. (f) Refere-se à contratação de serviços associados a obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário. (g) Refere-se às movimentações financeiras entre as controladas devido a centralização de caixa do Grupo, o qual não possui prazo de vencimento e atualização. 9. Ativo de contrato da concessão:</i>				
	Saldo em 2024	Adições (i)	Transferências (ii)	Saldo em 2025
Ativo de contrato da concessão	22.037	74.508	(78.028)	18.517
<i>(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi reconhecido a margem de construção no valor de R\$ 1.461 (R\$ 1.141 em 31 de dezembro de 2024) e juros sobre debêntures nos ativos qualificáveis foram capitalizados R\$ 1.101 a uma taxa média de 16,63% a.a. (R\$ 292 e 4,35% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, os custos de arrendamento são capitalizados nos ativos aos quais estão diretamente ligados, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram capitalizados R\$ 3.682 (R\$ 2.094 em 31 de dezembro de 2024). (ii) As transferências do ativo de contrato da concessão são consideradas adições nos ativos intangíveis. 10. Intangível: Os valores registrados a título de intangível referem-se, substancialmente, ao direito de exploração da infraestrutura da concessão e apresenta as seguintes composições:</i>				
a) Composição dos saldos				
	2025	2024		
	Taxa Vida útil média (em anos) anual	(-) Amor-tização Custo	Líquido	Líquido
Ativo				
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga/Contrato de concessão	30 3,3%	406.882 (23.735)	383.147	396.710
Instalações técnicas de saneamento	de 05 a 30 3,5%	73.576 (1.881)	71.695	21.963
Edificações de estações de tratamento	de 05 a 30 3,5%	22.839 (663)	22.176	6.862
Máquinas e equipamentos	de 07 a 15 8,3%	15.929 (1.402)	14.527	6.852
Outros componentes	15 6,7%	79 (6)	73	49
		519.305 (27.687)	491.618	432.436
Software				
Licença de uso de Software	03 33,3%	11 (6)	5	9
		11 (6)	5	9
Total		519.316 (27.693)	491.623	432.445
				2024
Ativo				
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga/Contrato de concessão	30 3,3%	406.882 (10.172)	396.710	
Instalações técnicas de saneamento	de 05 a 30 3,5%	22.136 (173)	21.963	
Edificações de estações de tratamento	de 05 a 30 3,5%	6.930 (68)	6.862	
Máquinas e equipamentos	de 07 a 15 8,3%	7.034 (182)	6.852	
Outros componentes	15 6,7%	50 (1)	49	
		443.032 (10.596)	432.436	
Software				
Licença de uso de Software	03 33,3%	11 (2)	9	
		11 (2)	9	
Total		443.043 (10.598)	432.445	
b) Movimentação do custo				
	2024	2025		
	Custo	Adições	Transferências	Custo
Ativo				
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga/Contrato de concessão	406.882	-	-	406.882
Instalações técnicas de saneamento	22.136	52.406	(966)	73.576
Edificações de estações de tratamento	6.930	16.389	(480)	22.839
Máquinas e equipamentos	7.034	9.201	(306)	15.929
Outros componentes	50	32	(3)	79
	443.032	78.028	(1.755)	519.305
Software				
Licença de uso de Software	11	-	-	11
	11	-	-	11
Total	443.043	78.028	(1.755)	519.316
	Saldo em 01 de abril de 2024	2024		
Ativo				
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga/Contrato de concessão	-	406.882	406.882	
Instalações técnicas de saneamento	-	22.136	22.136	
Edificações de estações de tratamento	-	6.930	6.930	
Máquinas e equipamentos	-	7.034	7.034	
Outros componentes	-	50	50	
	-	443.032	443.032	
Software				
Licença de uso de Software	-	11	11	
	-	11	11	
Total	-	443.043	443.043	
c) Movimentação da amortização				
	2024	2025		
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada	
Ativo				
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga/Contrato de concessão	(10.172)	(13.563)	(23.735)	
Instalações técnicas de saneamento	(173)	(1.708)	(1.881)	
Edificações de estações de tratamento	(68)	(595)	(663)	
Máquinas e equipamentos	(182)	(1.220)	(1.402)	
Outros componentes	(1)	(5)	(6)	
	(10.596)	(17.091)	(27.687)	
Software				
Licença de uso de Software	(2)	(4)	(6)	
	(2)	(4)	(6)	
Total	(10.598)	(17.095)	(27.693)	

	Saldo em 01 de abril de 2024	Amortização acumulada	Adições	2024	
Ativo					
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	-	(10.172)	(10.172)		
Instalações técnicas de saneamento	-	(173)	(173)		
Edificações de estações de tratamento	-	(68)	(68)		
Máquinas e equipamentos	-	(182)	(182)		
Outros componentes	-	(1)	(1)		
	-	(10.596)	(10.596)		
Software					
Licença de uso de Software	-	(2)	(2)		
	-	(2)	(2)		
Total	-	(10.598)	(10.598)		
<i>A Companhia não identificou qualquer indicativo que justificasse a necessidade de reavaliar a vida útil dos bens em 31 de dezembro de 2025.</i>					
11. Fornecedores e empreiteiros					
	2025	2024			
Fornecedores de materiais e serviços	7.299	5.904			
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa n° 8)	17.902	7.603			
Total	25.201	13.507			
Circulante	24.144	13.202			
Não circulante	1.057	305			
<i>A exposição da Companhia aos riscos de liquidez está divulgada na nota explicativa n° 20 - Instrumentos Financeiros.</i>					
12. Debêntures					
	Vencimento final dos contratos	Valor Contratado	Valor captado	2025	2024
Modalidade	Encargos				
Debêntures	CDI + 2,65% Março/2026 e a 2,72% Dezembro/2026	500.000	500.000	536.976	465.631
Total				536.976	465.631
Circulante				536.976	15.801
Não circulante				-	449.830
<i>O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2025 totaliza o montante de R\$ 225 (R\$ 1.537 em 31 de dezembro de 2024). a) Debêntures: A Companhia emitiu debêntures simples, de espécie quirográfaria, não conversíveis em ações, conforme demonstrado a seguir:</i>					
	Data de emissão	Valor captado	Valor desembolsado	Principal	Juros
Emissão					
1ª emissão (i)	2024	400.000	400.000	Março/2026 da emissão	Semestral
	Dezembro/2026				Dezembro/2026
2ª emissão (ii)	2024	100.000	100.000	2026	2026
<i>(i) Essa operação conta com o Aval da Aegea Saneamento. (ii) Debêntures Privadas. A Companhia realiza o acompanhamento das obrigações contratuais e de todas as demais cláusulas restritivas referentes aos seus contratos de financiamento e debêntures. A Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea"), acionista da Companhia, possui medição específica do indicador Dívida Líquida/EBITDA, cujo limite é 4,0X, o qual está sendo cumprido integralmente. Considerando o desempenho da Aegea previsto para os próximos trimestres, bem como o desenrolar dos cenários macroeconômicos e geopolíticos, não há, neste momento, expectativa da Administração de qualquer descumprimento de referidas obrigações e demais cláusulas contratuais.</i>					
13. Conciliação dos passivos resultantes das atividades de financiamentos					
	2025	2024			
	Contas correntes a pagar para partes relacionadas				
Movimentação	Debêntures	Arrendamentos	relacionadas	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	465.631	22.174	-	487.805	
Variações dos fluxos de caixa de debêntures					
Debêntures captadas	50.000	-	-	50.000	
(-) Pagamentos do principal	-	(7.235)	-	(7.235)	
Contas correntes para partes relacionadas	-	-	19.633	19.633	
Total das variações nos fluxos de caixa de debêntures	50.000	(7.235)	19.633	62.398	
Outras variações					
Novos arrendamentos	-	36.322	-	36.322	
(-) Juros pagos	(61.517)	(3.251)	-	(64.768)	
Provisão de encargos (nota explicativa n° 17)	80.449	3.251	-	83.700	
Amortização de custo de captação (nota explicativa n° 17)	1.312	-	-	1.312	
Juros capitalizados no intangível	1.101	-	-	1.101	
Total das outras variações relacionadas com passivos	21.345	36.322	-	57.667	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	536.976	51.261	19.633	607.870	
	Debêntures	Arrendamentos	Capital social	Total	
Movimentação					
Saldo em 01 de abril de 2024	-	-	-	-	
Variações dos fluxos de caixa de debêntures					
Debêntures captadas	450.000	-	-	450.000	
(-) Pagamentos do principal	-	(4.481)	-	(4.481)	
(-) Custo de emissão de debêntures	(2.595)	-	-	(2.595)	
Aumento de capital social	-	-	30.469	30.469	
Total das variações nos fluxos de caixa de debêntures	447.405	(4.481)	30.469	473.393	
Outras variações					
Novos arrendamentos	-	26.655	-	26.655	
(-) Juros pagos	(25.836)	(1.161)	-	(26.997)	
Provisão de encargos (nota explicativa n° 17)	42.712	1.161	-	43.873	
Amortização de custo de captação (nota explicativa n° 17)	1.058	-	-	1.058	
Juros capitalizados no intangível	292	-	-	292	
Total das outras variações relacionadas com passivos	18.226	26.655	-	44.881	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	465.631	22.174	30.469	518.274	
14. Outras contas a pagar					
	2025	2024			
Direito de outorga a pagar	801	673			
Arrendamentos (i)	51.261	22.174			
Outras contas a pagar	1.358	36			
Total	53.420	22.883			
Circulante	12.867	5.401			
Não circulante	40.553	17.482			
<i>(i) A companhia possui contratos de arrendamentos relacionados a veículos, máquinas e equipamentos, imóveis e placas de energia. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a movimentação dos passivos de arrendamentos está demonstrada abaixo:</i>					
	2025	2024			
Saldo inicial	22.174	-			
Adições	36.322	26.655			
Acréscimo de juros (nota explicativa n° 18)	3.251	1.161			
(-) Pagamentos do principal	(7.235)	(4.481)			
(-) Pagamentos de juros	(3.251)	(1.161)			
Saldo final	51.261	22.174			
Circulante	10.943	4.692			
Não circulante	40.318	17.482			
<i>O cálculo do valor presente em 31 de dezembro de 2025 foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 10,58% a.a. (10,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024). As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos semelhantes. Cronograma: As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 têm o seguinte cronograma de vencimento:</i>					
	2023	Resultado	2024		
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	-	1.952	1.952		
Provisão para participação nos lucros	-	384	384		
Ajuste a valor presente de clientes	-	9	9		
Amortizações custo da obtenção de contrato	-	117	117		
Baixa por perda parcelamentos	-	(28)	(28)		
Arrendamentos	-	164	164		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	12.162	12.162		
Ativo fiscal diferido	-	14.760	14.760		
Juros capitalizados	-	(99)	(99)		
Custo de captação de debêntures	-	(523)	(523)		
Baixa por perda parcelamentos	-	(369)	(369)		
Arrendamento mercantil - Capitalização	-	(708)	(708)		
Margem de Construção	-	(388)	(388)		
Passivo fiscal diferido	-	(2.087)	(2.087)		
Ativo fiscal diferido líquido	-	12.673	12.673		

	2025	2024
2027	5.598	
2028	2.679	
2029	1.832	
2030	1.873	
2031 em diante	28.336	
Total	40.318	
15. Patrimônio líquido: a) Capital social: A Companhia foi constituída em 10 de janeiro de 2024, na mesma data a única acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. subscreveu e integralizou o montante de R\$ 1, mediante emissão de 1.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 06 de março de 2024, a única acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. aumentou o capital social da Companhia em R\$ 30.468 mediante emissão de 30.467.746 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social integralizado é de R\$ 30.469, e está representado por 30.468.746 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o acionista e o respectivo percentual de participação estão assim apresentados:		
	Participação	



AGUAS DE VALADARES

ÁGUAS DE GOVERNADOR VALADARES SPE S.A.

CNPJ 53.667.104/0001-10

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

20. Instrumentos financeiros: **Visão Geral:** A Companhia está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital da Companhia. **Estrutura de gerenciamento de risco:** A Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco e os gestores de cada área se reportam regularmente à Companhia sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de risco apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes, em 31 de dezembro de 2025, são de R\$ 1.490, representando aproximadamente 14,00% do saldo de contas a receber de clientes em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2024, esta provisão era de R\$ 5.741, representando aproximadamente 34,44% do saldo de contas a receber de clientes em aberto naquela data. A Companhia, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, nas quais realiza aplicação direta em Certificados de Depósitos Bancários, Compromissadas e Fundos de Investimentos, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha, que detenham rating igual ou superior a AA. O rating são aqueles publicados pelas agências: *Fitch, Standard&Poor's e Moody's*, dentro da escala (i) global para aplicações no exterior, ou (ii) local para aplicações no Brasil. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Nota	2025	2024
Bancos conta movimento	5	1.099	1.030
Aplicações financeiras	6	650	16.070
Contas a receber de clientes	7	9.156	1.499
Total		10.905	18.599

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

Passivos	Fluxo projetado						
	Valor contábil	Valor (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Fornecedores e empreiteiros	25.201	25.201	24.144	1.057	-	-	-
Debêntures	536.976	568.567	568.567	-	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	19.633	19.633	-	-	-	-	19.633
Outras contas a pagar	53.420	82.463	13.869	9.615	6.045	4.991	47.943
Total	635.230	695.864	606.580	10.672	6.045	4.991	67.576

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia. Não possui exposição ao risco cambial e não utiliza derivativos para gerenciar os riscos de taxa de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. • Risco de taxa de juros A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, debêntures e direito de outorga a pagar. Na data das Demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros expostos a taxa de juros era:

	2025	2024
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	650	16.070

Exposição Patrimonial

1- Ativos financeiros

Aplicações financeiras

2- Passivos financeiros

Debêntures

Direito de outorga a pagar

1 + 2 - Exposição líquida

Gerenciamento do capital: A Companhia procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de investimentos, conforme divulgadas na nota explicativa nº 6 - Aplicações financeiras. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros: No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2025	Cenários				
			Provável	25%	50%	-25%	-50%
650	Varição do CDI	14,90%	97	121	146	73	49
(536.976)	Varição do CDI	14,90%	(80.009)	(100.012)	(120.014)	(60.007)	(40.005)
(801)	Varição do IPCA	4,26%	(34)	(43)	(51)	(26)	(17)
(537.127)			(79.946)	(99.933)	(119.919)	(59.960)	(39.973)

Ativo

Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil 2025	Valor contábil 2024	Valor Justo 2025	Valor Justo 2024
5	Caixa e equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	-	1.115	1.050	1.115
6	Aplicações financeiras (i)	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	650	16.070	650
7	Contas a receber de clientes (i)	Custo amortizado	-	9.156	1.499	9.156
	Total			10.921	18.619	10.921

Passivo

11	Fornecedores e empreiteiros (i)	Custo amortizado	-	25.201	13.507	25.201
12	Debêntures (ii)	Custo amortizado	-	536.976	465.631	542.469
8	Contas correntes a pagar partes relacionadas (i)	Custo amortizado	-	19.633	-	19.633
14	Direito de outorga a pagar (i)	Custo amortizado	-	801	673	801
	Total			582.611	479.811	588.104

(i) Para estas operações a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do vencimento dessas operações. (ii) Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

21. Transações que não afetaram caixa: Nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024, as transações de investimentos e financiamentos que não afetaram caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, estão apresentadas abaixo:

	2025	2024
Adições de ativo de direito de uso e passivo arrendamento	36.322	26.655
Custos de arrendamento capitalizados	3.299	2.094
Custos de empréstimos capitalizados	1.101	292

22. Compromissos vinculados a contratos de concessão: A Companhia possui compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação com valor estipulado conforme resolução nº 154/2024 da ARIS-MG, apurado pela quantidade de ligações totais,

Instrumentos de taxa variável

Passivos financeiros

Debêntures

Direito de outorga a pagar

	2025	2024
Debêntures	536.976	465.631
Direito de outorga a pagar	801	673
	537.777	466.304

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das Demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2025	Cenários				
			Provável	25%	50%	-25%	-50%
650	Varição do CDI	14,90%	97	121	146	73	49
(536.976)	Varição do CDI	14,90%	(80.009)	(100.012)	(120.014)	(60.007)	(40.005)
(801)	Varição do IPCA	4,26%	(34)	(43)	(51)	(26)	(17)
(537.127)			(79.946)	(99.933)	(119.919)	(59.960)	(39.973)

conforme dados fornecidos pelo prestador, multiplicado pelo valor de referência aplicada por ligação. A Companhia possui compromisso mensal de pagamento da outorga variável, conforme regulamentado pelo Contrato de Concessão e Nota Técnica nº 030/2024 emitida pela ARIS-MG. As metas de atendimento global deverão atingir os seguintes índices: (i) Índice de atendimento de água: 99% até 2027 e 100% até 2028; (ii) Índice de perdas de água: redução de 2,5% ao ano, partindo de 45,0% em 2026 para 25% até 2034; (iii) Índice de coleta de esgoto: incremento anual de 1%, de 96% em 2026 para 100% até 2030; (iv) Índice de tratamento de esgoto: incremento de 10% ao ano, partindo de 20% em 2026 para 100% até 2034. (v) Índice de eficiência energética: incremento anual de 0,50% ao ano, partindo de 1,00% em 2026 até 5,00% em 2034. Indicador atual é de 0,65 kWh/m³ e as percentagens apresentadas indicam a redução do consumo em relação a este valor. As metas serão mantidas constantes até o término da concessão. **23. Aspectos ambientais:** A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia busca minimizar os riscos associados com assuntos ambientais, através de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas.

Diretoria Erich Wyatt - Diretor Presidente Gabriela Negreiros Coutinho - Diretora Executiva Marcelo Bogas - CRC SP 253488/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Águas de Governador Valadares SPE S.A.** Governador Valadares - MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Governador Valadares SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Governador Valadares SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reapresentação dos saldos correspondentes de exercícios anteriores:** Chamamos a atenção à nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras que indicam que os saldos correspondentes de exercícios anteriores foram retificados e estão sendo reapresentados para refletirem os ajustes descritos na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita de serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto:** Veja as Notas 3(h) e 16 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** A Companhia fornece e reconhece receita sobre serviços de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário. A Companhia possui um alto volume de clientes e a correta identificação e manutenção de cadastro desses clientes se torna complexa para garantir a identificação dos clientes e determinação da existência de um contrato entre as partes, bem como, ações de cobrança que garantam o recebimento da contraprestação pela prestação de serviços. Adicionalmente, a mensuração da receitas não faturada, mas que representam receitas auferidas, cujo serviço foi prestado, envolve julgamento relevante. Dada a complexidade na determinação da existência de contratos válidos entre as partes em função do volume de clientes, e consequentemente a incerteza sobre o recebimento da contraprestação sobre a prestação de serviços, consideramos esse assunto como um Principal Assunto de Auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - O entendimento dos processos e controles internos estabelecidos para identificação de clientes e consequentemente a existência de um contrato de prestação de serviço válido entre as partes; - Com base em amostra, inspecionamos as faturas emitidas à clientes e comprovantes de recebimento; - Avaliamos a estimativa relacionada ao registro da receita incorrida mas não faturada; - Testes de corte (*cut-off*), incluindo análise de transações registradas próximas ao encerramento do exercício; e - Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras

consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento de receita sobre prestação de serviço referente ao fornecimento de água e tratamento de esgoto. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes no reconhecimento de receita de prestação de serviço de água e esgoto os quais foram registrados pela Administração. Nossos testes revelaram deficiências no desenho dos controles relacionados a identificação de clientes. Em função disso, houve a necessidade de extensão dos nossos procedimentos substantivos para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto aos valores de receita de prestação de serviços. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os critérios adotados pela Companhia para o reconhecimento da receita de serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto, bem como as premissas utilizadas na determinação do reconhecimento de receita incorrida mas não faturada, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão:** Veja a Nota 9 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** A Companhia possui registrado o ativo de contrato oriundo dos contratos de concessão os quais são reconhecidos por seus valores justos durante o período de construção. Conforme ICPC 01 e OCPC 05 - Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional. A Administração exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos. Devido aos julgamentos realizados pela Administração na avaliação dos gastos incorridos com a construção e ampliação da infraestrutura que podem ter efeitos significativos sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e ampliação da infraestrutura, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais e comprovantes de pagamento; e - Avaliação se as divulgações relativas a infraestrutura em construção nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos

controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de abril de 2026
KPMG
 KPMG Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP-014428/O-6
Rafael Santos Pereira
 Contador CRC 1SP255172/O-5

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/B0E8-09B1-C6C9-E45D> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B0E8-09B1-C6C9-E45D



Hash do Documento

mJWPiQHZHOYUNb2Slo8Ge/hI2m2ME8MK3nA53levrkE=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/04/2026 é(são) :

- Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 23/04/2026 21:50
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

Evidências

Geolocation: Latitude: -19.9168172 Longitude: -43.9555893 Accuracy: 3662.8762724344615

IP: 172.16.4.17

AC: AC SAFEWEB RFB v5

